

A PROPÓSITO DA ORIGINALIDADE DA CIDADE MUÇULMANA

Sò tardiamente, e acompanhando de certa maneira uma remodelação de conceitos no urbanismo, alguns especialistas se interessaram pelo traçado da cidade muçulmana. Talvez fruto de uma já longa experiência de vida urbana por parte do mundo ocidental e da verificação do fracasso de um geometrismo exagerado, esta tomada de consciência sobre a cidade de uma civilização deliberadamente urbana ⁽¹⁾, que por sua vez tem raízes profundas noutras onde a cidade comandava todo o território ⁽²⁾, está longe de se poder considerar exaustiva.

O nosso intento é apenas contribuir para o estudo do problema com algumas achegas, em grande parte fruto de observações feitas no extremo ocidental da área de expansão muçulmana: Península Ibérica e Marrocos.

O contacto directo e constante ao longo de séculos entre as civilizações cristã e muçulmana, além de provocar inovações e adaptações, faz ressaltar, no que respeita à concepção

⁽¹⁾ O profeta era um cidadão e a cada passo encontramos no *Corão* referências à superioridade da vida urbana. «As cidades são para o Islão os únicos lugares onde os seus adeptos podem satisfazer todas as obrigações da lei, ser integralmente, especificamente muçulmanos. Ele favoreceu, portanto, e desenvolveu, de facto, a vida urbana.» WILLIAM MARÇAIS, «L'Islamisme et la Vie Urbaine», em *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions*, Paris, 1928, p. 100. Ver também o artigo de F. BENET, «The Ideology of Islamic Urbanization», especialmente o capítulo «The Doctrine of the Prophet», em *Urbanism and Urbanization*, Leiden, 1964, pp. 211-226.

⁽²⁾ Mesopotâmia, Pérsia, época helenística.

de cidade, certos factores de convergência e de contraste que é interessante acentuar ⁽³⁾.

Entre os pontos de convergência da cidade muçulmana com a cidade cristã peninsular pode apontar-se o modo como nelas se dispõem os núcleos de população não crente e ainda certos aspectos comuns no fenómeno de expansão urbana.

É flagrante a identidade na forma como são instalados os Judeus nos núcleos cristãos ou muçulmanos. Ê-lhes sempre reservado um bairro especial, frequentemente junto do palácio do sultão ou do castelo habitado pelo governador, no caso da cidade cristã, onde esta população, tão mal aceite por Muçulmanos e Cristãos, mas tão útil aos interesses do Estado, mais fàcilmente poderia ser defendida dos ataques particularmente ferozes em momentos de catástrofe — peste, fome, incêndio. Apenas dois exemplos: em Tudela, cidade muçulmana do vale médio do Ebro, meio século depois da sua conquista por Afonso II (1170), os judeus são autorizados a instalar-se na parte alta da cidade, onde ficavam protegidos pelos muros do castelo, abandonando a antiga judiaria, mais sujeita aos ataques de Cristãos e Muçulmanos ⁽⁴⁾. Em Fez, pela mesma época, ocorre um fenómeno semelhante. Quando, em 1276, o sultão funda Fez el-Jadid (Fez a Nova), onde ergue o seu palácio, determina que a população judia venha aí instalar-se, abandonando o bairro que ocupava dentro dos muros de Fez-al-Bali, junto à Bab Guissa. No seu novo *mellah* (judiaria, em Marrocos), cercado por um muro e situado junto ao palácio do sultão, os judeus gozavam da protecção que este lhes oferecia mediante o pagamento de um novo imposto.

Também na Península Ibérica a forma como eram agrupados cristãos em cidades muçulmanas e muçulmanos em cidades cristãs é sensivelmente a mesma. Os conquistadores reser-

⁽³⁾ Infelizmente o número de estudos sobre este assunto não é proporcional à sua importância. Não queremos, porém, deixar de citar as contribuições de LEOPOLDO TORRES BALBÁS, especialmente «La Edad Media», em *Resumen Histórico del Urbanismo en España*, Madrid, 1954, pp. 1-87, e «La Ciudad Musulmana», em «La Ciudad como Forma de Vida», *Revista de la Universidad de Madrid*, vol. VII, n.º 25, Madrid, 1958, pp. 97-112. De citar o estudo de J. M. LACARRA, «El desarrollo urbano de las ciudades de Navarra y Aragón en la Edad Media», *Pirineos*, n.º 15-16, Saragoça, 1950, pp. 5-34.

⁽⁴⁾ LACARRA, *op. cit.*, p. 15.

vavam para si o núcleo melhor defendido da cidade, enquanto a população submetida era alojada num ou mais bairros, que tanto se podiam situar intramuros, mas na periferia, como extramuros e, neste caso, frequentemente envolvidos por uma cerca, muitas vezes de taipa.

Dado o carácter agro-pastoril da civilização visigótica, a população cristã não tem nas cidades que caem sob o domínio dos Muçulmanos a importância que estes assumem nos núcleos urbanos conquistados pelos Cristãos: daí a grande importância da mouraria na cidade cristã. No entanto, há provas claras de que a organização de uma povoação ocupada por uns ou por outros se fazia de maneira idêntica. Em Huesca muçulmana, por exemplo, os cristãos vivem fora da primeira cerca, enquanto os conquistadores habitam a parte mais elevada: a antiga cidadela. Mais tarde constrói-se um segundo muro, que envolve o bairro cristão ⁽⁵⁾. Por outro lado, são numerosos os exemplos da criação de mourarias em posição periférica. Em Portugal pode citar-se grande número de casos, tanto em cidades importantes, Lisboa ou Évora, em que as mourarias vão constituir grandes arrabaldes fora de portas, como em pequenos aglomerados, Moura ou Almada.

Exemplo curioso, e que não deverá ser único, é o das cidades do vale do Ebro, reconquistadas entre os séculos XI a XIII e que frequentemente se submetem por capitulação ⁽⁶⁾. Acordou-se, então, que a população muçulmana continuaria no mesmo local durante um determinado período de tempo (um ano, no caso citado) e passaria depois para um bairro periférico. Este período intermédio permitia, por um lado, aos muçulmanos escolherem um local e construírem a nova mouraria e, por outro lado, facultava aos cristãos o recrutamento de povoadores para a cidade, vindos frequentemente de outros países europeus, estabelecendo-se, neste caso, em bairros diferentes, consoante a origem ⁽⁷⁾.

⁽⁵⁾ LACARRA, *op. cit.*, pp. 10-11.

⁽⁶⁾ Cf. TORRES BALBÁS, «La Edad Media», em *Resumen Histórico del Urbanismo en España*, pp. 1-87.

⁽⁷⁾ É curioso notar que, sempre que as actividades da população e meios de comunicação são fundamentalmente os mesmos, os povos conquistadores ocupam as áreas habitadas pelos vencidos. Quando estas condições mudam, e é o caso da ocupação do Norte de África, assistimos ao aparecimento de arrabaldes que os vencedores vão povoar.

Quanto à forma como se processa o crescimento das cidades, além de pontos de contacto gerais e comuns ao próprio facto urbano, interessa referir dois de natureza particular. Um diz respeito à importância que a fundação de instituições religiosas, conventos ou Záuias, nos arrabaldes das cidades, vai ter na forma como se processa o seu crescimento. Um núcleo de religiosos ou um lugar de peregrinação atrai sempre artífices e comerciantes, que pouco a pouco se vão radicando em torno daqueles edifícios e, naturalmente, a cidade vai mais facilmente lançar os seus tentáculos nessa direcção, acabando esses arrabaldes por ser integrados. De um número elevado de exemplos, citaremos apenas dois: Lisboa e Azamor. A capital portuguesa cresceu, em parte, pela absorção de arrabaldes nascidos à sombra de conventos ou santuários: ainda na Idade Média são absorvidos os núcleos da Graça e da Encarnação, que já ficam dentro da cerca fernandina. Por seu turno, os três bairros que constituem a parte de Azamor situada fora das antigas muralhas, quer portuguesas do século XVI, quer anteriores, recebem nomes bem significativos: Zauia Tatani, Zauia Tuqania, Zauia Chaibia. Notemos que a vida deste último bairro é, em grande parte, dominada pelo comércio com os peregrinos que afluem ao santuário de Mulei Bu Chaibe.

Na extensão das duas expressões urbanas pode ainda verificar-se que o núcleo gerador do arrabalde, depois integrado na cidade, é uma residência senhorial, um palácio do rei ou do sultão. São, no caso português, os exemplos tardios de Ajuda e Queluz, em relação a Lisboa, e, no caso muçulmano, El Qacer, El Qadim, Raqada e El Mansuria, para Cairuão. «Estas residências depressa se tornam verdadeiras cidades ao lado da capital ou, se quisermos, imensos arrabaldes que chamam para si uma parte da actividade económica e da vida geral, com os *funduq*-s e os *suq*-s, as mesquitas e os banhos.»⁽⁸⁾

Se a estes dois factores juntarmos os caminhos de acesso à cidade, os mercados que periódicamente se realizavam junto às portas das muralhas e a situação dos portos nas urbes

⁽⁸⁾ JEAN DESPOIS, «Kairouan. Origine et évolution d'une ancienne capitale musulmane», *Annales de Géographie*, XXXIX, Paris, 1930 (pp. 159-177), p. 166.

ribeirinhas, conheceremos, talvez, as principais forças orientadoras dos sentidos em que se expandem as massas urbanas. Elas manter-se-ão operantes até aos nossos dias no mundo muçulmano. A sua importância será esmagada pela fábrica com a revolução industrial no Ocidente.

Não obstante estas linhas de convergência que acabámos de traçar, a cidade muçulmana possui características de originalidade que é possível observar nos exemplos de cidades marroquinas de influência europeia e anteriores ao protectorado francês.

De 1415 a 1769 (abandono de Mazagão), os Portugueses senhorearam certos núcleos da costa marroquina. Esse domínio exerce-se de forma mais ou menos intensa, tanto através de pequenas fortificações, que por vezes não iam além de um castelo semelhante a tantos da Idade Média em território português (Aguz, Castelo Real, as primitivas Santa Cruz⁽⁹⁾ e Mazagão), como através do aproveitamento de povoações conquistadas que possuíam vida própria baseada no artesanato e no comércio (Tânger, Ceuta, Arzila, Azamor, Safim). De qualquer modo, sempre junto ao litoral.

Com a decisão de D. João III de abandonar os demais estabelecimentos portugueses e concentrar as forças do litoral atlântico de Marrocos em Mazagão, torna-se necessário aumentar e fortalecer o pequeno reduto levantado por Diogo e Francisco de Arruda em 1514. A fim de obter um técnico à altura do empreendimento, o rei português recorre aos préstimos do imperador Carlos V, que lhe dispensa os serviços do arquitecto italiano Benedetto de Ravena. É este o autor do projecto da fortaleza e vila de Mazagão, de que João de Castilho será o mestre-de-obras. Os trabalhos iniciaram-se no Verão de 1541 e estavam terminados em Dezembro de 1542. A primitiva fortaleza quadrangular, com uma torre em cada quina e tendo no meio a famosa cisterna, além do celeiro, da cadeia e dos paióis de pólvora, vai ocupar sensivelmente o centro da vila. A nova muralha (est. I, A e B) é também qua-

⁽⁹⁾ Depois da compra do Castelo, em 1513, D. Manuel manda levantar uma vila muralhada, que chegou a ter um hospital, um convento de Franciscanos e uma saboaria. Cf. JOAQUIM FIGANIER, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (1505-1541)*, Lisboa, 1945, pp. 75-79.

drangular e com um baluarte em cada quina e outro, o do governador, junto da saída principal para terra.

Esta fortificação está longe dos primitivos fortes antes erguidos pelos Portugueses no Norte de África e «anuncia já as fortificações rasantes à Vaubam»⁽¹⁰⁾. O mar, sensivelmente a leste, e um fosso (est. I, B) no perímetro restante rodeiam a praça. Na muralha abrem-se três portas: a do Mar (est. II, A), que se rasga numa pequena chanfradura, a da Terra, no terreiro junto à torre do governador, e a dos Bois, a norte, que não voltou a ser usada desde o cerco de 1562.

É simples a estrutura interna da povoação (fig. 1). Ao centro está a primitiva fortaleza. Junto à Porta da Terra, a praça ou terreiro principal, espaço aberto da vila, com o seu centro cívico, onde se encontram a igreja matriz, o palácio do governador, a misericórdia e o hospital. A Rua da Carreira (est. III, A e B), que liga a praça à Porta do Mar, é o eixo da povoação e corresponderia, na metrópole, à Rua Direita, enquanto a rua assim denominada em Mazagão é excêntrica e, embora larga, de comprimento reduzido. Este é o principal contraste com as cidades portuguesas da metrópole e implica uma revisão do conceito de Rua Direita. Já a existência de um logradouro junto de cada capela ou igreja identifica perfeitamente Mazagão com as demais cidades de Portugal metropolitano. As ruas rectilíneas, abertas, cortam-se frequentemente por ângulos rectos (est. II, B). Em suma: uma cidade moderna dentro dos conceitos urbanísticos do Renascimento⁽¹¹⁾, na linha das que os técnicos espanhóis estavam começando a erguer no Novo Mundo.

Longe da metrópole, rodeada por uma população hostil, Mazagão irá ter uma vida difícil. Porque o seu rendimento é reduzido e a defesa dispendiosa, Portugal resolve abandonar a praça em 1769, quando de um ataque mais violento dos

(10) HENRI TERRASSE, «Note sur les contacts artistiques entre le Maroc et le Portugal du XV^e au XVII^e siècles», em *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, 1945, pp. 401-417.

(11) Cf. MÁRIO T. CHICÓ, «A cidade ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia», *Garcia de Orta*, número especial, Lisboa, 1956.

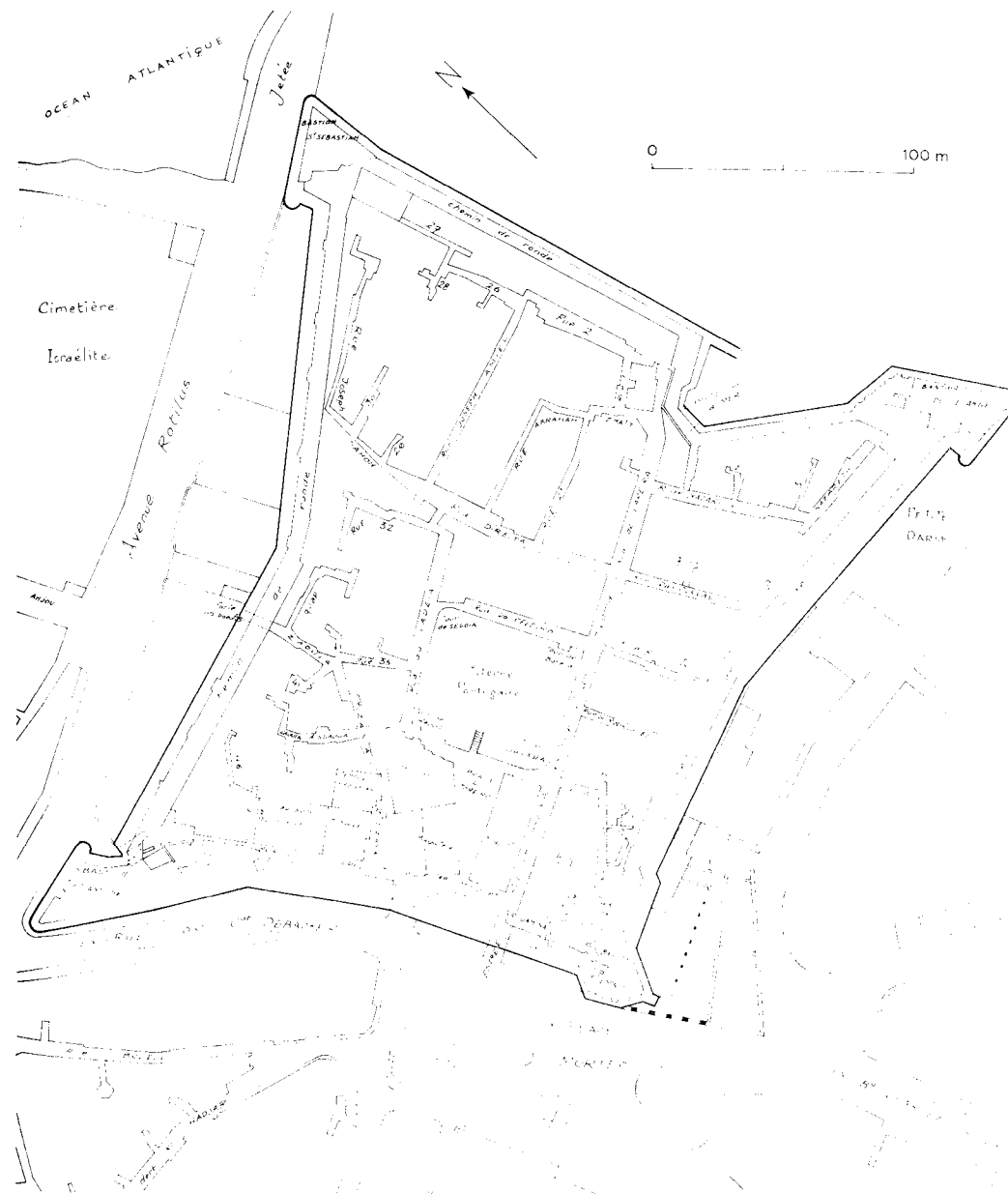


Fig. 1 — A cidade portuguesa de Mazagão actualmente

Marroquinos. Toda a população portuguesa, aproximadamente 1500 almas, é evacuada, mas a povoação não é imediatamente ocupada pelos nativos e durante quase meio século vai ficar despovoada. Aí apenas se mantém uma pequena guarnição militar. Quando, por volta de 1820, o sultão Abder Rahman convida alguns judeus marroquinos da vizinha cidade de Azamor a instalarem-se aí, para assim se encetar o comércio com os Europeus, o interior da cidade estava em grande parte destruído, o traçado das ruas, que evidentemente se mantinha, aparecia como um tanto insólito aos Marroquinos, judeus ou muçulmanos, mas que partilhavam o mesmo ideal de cidade. Aí faltava o recato, o sentido de vida privada, já que, na quase totalidade, as ruas eram abertas nas extremidades e comunicavam entre si.

Embora aproveitando muito do que existia, impunha-se uma adaptação da cidade à forma de viver dos novos ocupantes. É assim que as ruas são cortadas e transformadas em becos. Ficarão apenas uma grande via de comunicação a ligar o Largo do Terreiro e a Porta da Terra à Porta do Mar. É a rua de trânsito e de comércio ⁽¹²⁾. O resto são ruas secundárias, subdivididas em becos, espaços dedicados à habitação (fig. 2).

Em número reduzido, começam a afluir alguns comerciantes europeus a esta nova porta de comunicação entre o Magrebe e o mundo ocidental. Mas, para a maioria da população, que continuava sendo marroquina, Mazagão, apesar dos arranjos e adaptações, não deixava de ser em certos pormenores um tanto incómoda. Assim, por volta de 1880, o governador da cidade pede autorização para construir um muro em cima da muralha, de modo a proteger a vida privada dos seus habitantes da vista de quem quer que circulasse sobre a fortificação. Outra prova de que a cidade portuguesa não agradava aos novos ocupantes é-nos dada quando se constroem as primeiras casas fora da Mazagão portuguesa e se inicia uma nova cidade; esta não sofrerá no seu traçado influência alguma da construção portuguesa, a não ser na for-

⁽¹²⁾ Em Mazagão, a Rua Direita já tomara a significação de «rua de comércio».

mação de um vasto largo entre a porta do antigo núcleo, que virá mais tarde a ser o *mellah*, e a entrada da cidade muçulmana, única a que ainda hoje se reserva o nome de «medina»⁽¹³⁾ e que não difere no seu desenho do protótipo de cidade islâmica.

Esta consciência de como se deve processar a vida urbana, este ideal de cidade por parte de uma população, não se encontra bem explícito só no caso da oposição da Mazagão portuguesa ao ideal dos seus novos habitantes. Também é flagrante em duas outras cidades marroquinas em que houve contribuição ocidental: Rabat e Mogador. A primeira, planeada e levantada pelos mouriscos expulsos de Espanha no início do século XVII; a segunda, desenhada por um arquitecto francês na parte final do século XVIII. Em ambos os casos se observa um elemento comum que difere da cidade muçulmana tradicional: o traçado rectilíneo das ruas. Analisemos cada um deles, que, com Mazagão, evidenciam bem os verdadeiros contrastes entre a cidade ocidental cristã e a cidade muçulmana.

Pode considerar-se que o povoamento de Rabat remonta à época romana, pois Sala Colonia fica na margem esquerda do Bu Regreg, um pouco a montante da cidade actual. Mais tarde, no século XI, junto à foz desse rio é erguido um *ribat* (o campo da vitória), onde se deviam preparar os combatentes destinados à Guerra Santa. Em meados do século XII, constrói-se uma fortaleza, hoje denominada Casbah dos Udaia: Ya'qub al-Mansur, imperador almóada, pensa transformar aquele *ribat* numa grande cidade, aumentando as construções anteriores e envolvendo-o todo por uma extensa muralha. A inacabada Torre de Hassan, émula da Cotobia de Marrocos e da Giralda de Sevilha, testemunha ainda a grandeza desse sonho irrealizado. Depois de um longo período de estagnação, só nos começos do século XVII, com a chegada de mais de 2000 mou-

(13) Em 1861, o gibraltarinu constrói a sua casa fora do recinto. Em 1862, o Makhzen construiu também casas no exterior, que, «não sendo protegidas por muralhas, tinham dimensões de fortaleza e eram guardadas de noite». Mas certamente já deveriam existir aqui outras construções dos berberes pobres, atraídos pela rica população de comerciantes, tudo alimentado pelas trocas com a Europa. Cf. J. L. MIÈGE, *Le Maroc et l'Europe (1830-1894)*, Paris, 1961, vol. II, p. 480, nota 6.

riscos expulsos de Espanha, se vai aí levantar uma importante povoação verdadeiramente dotada de vida urbana, já que os seus povoadores eram predominantemente artífices e comerciantes. Apesar da identidade religiosa, os mouriscos distinguem-se, pelos seus costumes e actividades, da população autóctone. Ciosos da sua origem, estes muçulmanos de ascendência hispânica procurarão sempre manter-se à parte dos indígenas e ainda hoje se podem encontrar muitos apelidos de origem espanhola entre a população da medina de Rabat ⁽¹⁴⁾.

A Rabat mourisca situou-se dentro da antiga cerca de Almansor, mas ocupando apenas parte do espaço por ela envolvido. Assim, é aproveitada parte do muro do século XII e, para reduzir o perímetro de acordo com as necessidades, constrói-se um novo lanço de muralha — chamada dos Andaluzes — a sul, onde se abrem as principais portas da medina.

Embora obedecendo às características gerais da cidade muçulmana no que respeita à hierarquização do espaço não habitado — ruas principais de tráfego geral, ruas secundárias, becos e pátios — e à diferenciação entre áreas de comércio, trabalho e habitação, a medina erguida pelos mouriscos aparece-nos diferente. Esta distinção deve-se mais ao traçado rectilíneo das vias de comunicação do que à sua largura, pois se algumas das ruas principais ultrapassam a média habitual, muitas das secundárias são bastante estreitas. Este traço de originalidade não pode ser explicado através das ideias importadas da Península, visto que os mouriscos nem constroem uma cidade à imagem dos bairros que habitavam em Espanha, frequentemente de ruas tortuosas, nem seguem os modelos reproduzidos pelos espanhóis desde a primeira metade do século XVI na construção de cidades, tanto na América como na Península. Pode admitir-se que a explicação resida no facto de a chegada simultânea de alguns milhares de indivíduos e a restrição voluntária do espaço ⁽¹⁵⁾

⁽¹⁴⁾ *Palânbo, Ronda, Qortobi, Molin, Bargas, Liabori, etc.* Cf. L. BRUNOT, «Topographie dialectale de Rabat», *Hespéris*, x, 1930, pp. 7-8.

⁽¹⁵⁾ Por necessidade de defesa tanto dos ataques vindos do mar como da população local, que não proporciona o melhor acolhimento aos novos habitantes, de tal modo que estes propõem a Filipe IV a entrega de Rabat em troca da permissão de retorno a Espanha.

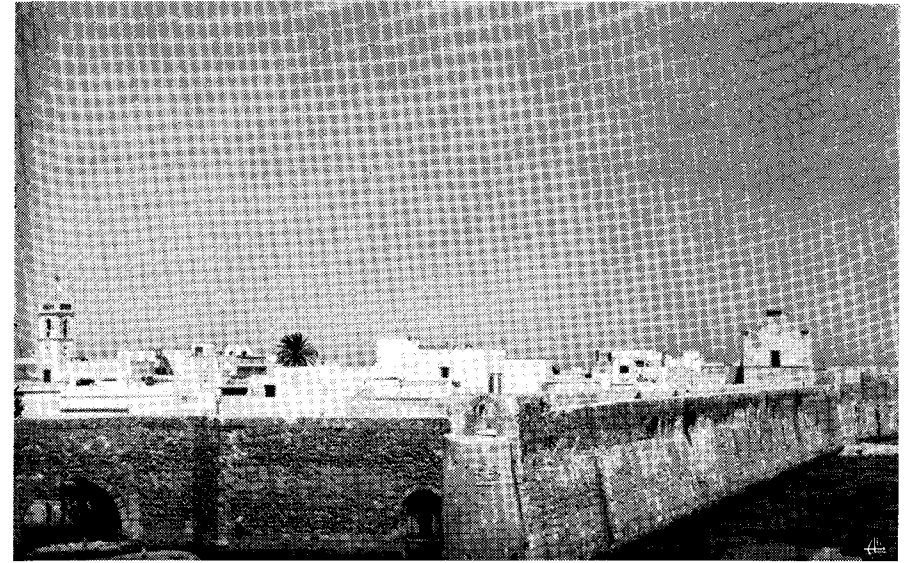


imporem uma ocupação sistemática. Por isso, são utilizadas as formas quadrangulares ou rectangulares, mais fáceis de medir e talhar. Não se verificou um crescimento lento, que levaria a um menor geometrismo, mas uma edificação de momento e, portanto, susceptível de ser planeada e dirigida, sem que para isso fosse necessário manter autoridades coordenadoras especiais.

Vejamos o caso de Mogador (fig. 3). A cidade foi mandada construir pelo sultão, que para isso encomendou o desenho ao arquitecto francês Le Cormet, seu prisioneiro. Em plena época de urbanização geométrica, que modificava as cidades do Velho Mundo e comandava as criações da América, a planta, vinda de um europeu, deveria impor ruas amplas e abertas, rectilíneas, encontrando-se por ângulos bem marcados. Desconhecemos o desenho inicial, mas verifica-se que apenas foi construído o que não colidia com o ideal muçulmano de cidade. Um eixo principal, avenida larga e rectilínea, corta a cidade, da Bab Dukala à Bab El Marsa, ou seja, desde uma das portas voltadas para o interior até ao porto. Sensivelmente ao meio deste, e rigorosamente perpendicular, passa outro eixo, que atravessa também toda a cidade, desde a Bab Marrocos até à muralha norte. Paralela ao eixo principal, uma outra via, longa e rectilínea, que desemboca junto à mesquita maior e é a rua de comércio variado, a mais frequentada da cidade. Os restantes elementos da rede de comunicações apresentam na sua maioria um traçado rectilíneo, mas nunca procurando um axadrezamento. Em vez disso, notamos as bocas das ruas desencontradas, uma hierarquização, a partir das ruas principais, em secundárias e becos, além de um elemento muito curioso: ruas, cobertas pelos prédios, onde a luz entra por clarabóias espaçadas cerca de 30 m. O traçado destes túneis é rigorosamente rectilíneo e, por vezes, a semelhança entre as casas a que dão acesso evidencia o carácter da construção em série e simultânea.

Em suma: em Mogador, o labirinto típico da cidade muçulmana mantém-se, mas em segmentos de recta.

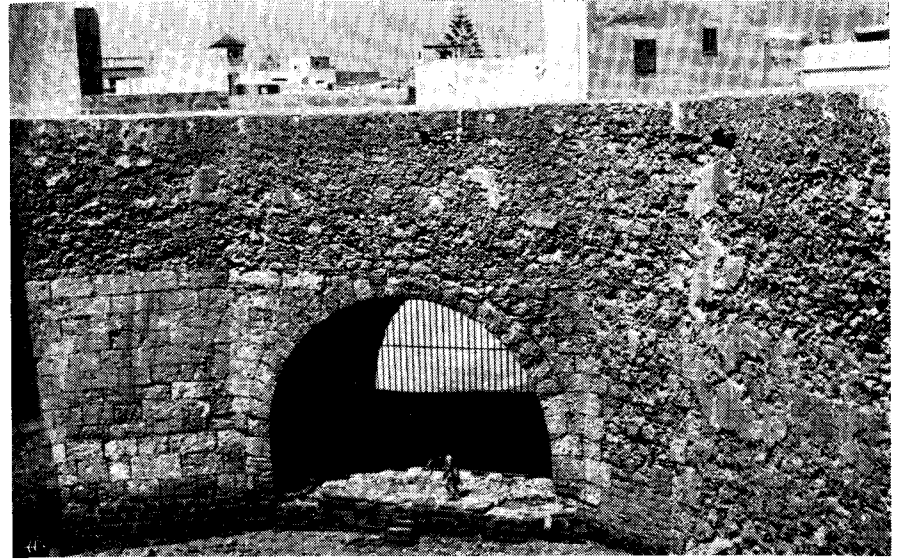
Estes três exemplos de cidades do litoral marroquino parecem-me evidenciar bem os principais contrastes entre a cidade ocidental e a cidade muçulmana. Ao contrário do que



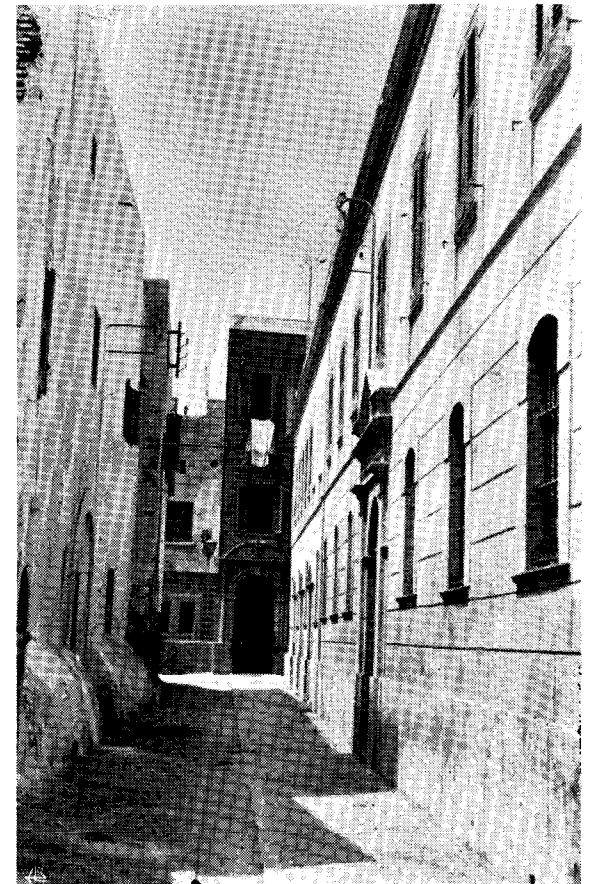
EST. I, A — Vista parcial de Mazagão, obtida do mar.
Porta do Mar à esquerda.



EST. I, B — Muralha e antigo fosso de Mazagão.



EST. II, A — Porta do Mar (Mazagão).



EST. II, B — Uma rua de
Mazagão, que outra in-
tercepta em ângulo
recto.



EST. III, A — Rua da Carreira, vista do Largo da Porta do Mar.



EST. III, B — Rua da Carreira, vista do Largo do Terreiro.

por vezes se pretende, o traçado rectilíneo não é contrário ao ideal muçulmano de cidade. A hierarquização das vias de comunicação, que provoca maior acessibilidade às áreas de trabalho, bem como o recato dos espaços residenciais e a diferenciação das zonas da cidade, consoante as suas funções, constituem a sua verdadeira originalidade.

JORGE GASPAR

RÉSUMÉ

Remarques à propos de l'originalité des villes musulmanes. Les spécialistes ne se sont intéressés que tardivement à l'étude du plan des villes musulmanes, alors qu'une expérience déjà longue de la vie urbaine dans le monde occidental et la constatation de l'échec d'un géométrisme exagéré, favorisaient la remise en question des concepts de l'urbanisme. Des observations faites dans la Péninsule Ibérique et au Maroc, c'est-à-dire à l'extrémité occidentale du champ d'expansion de cette civilisation délibérément urbaine qu'est la civilisation musulmane, permettent quelques suggestions. On peut relever à la fois certains aspects convergents et certaines oppositions dans la conception que les civilisations chrétienne et musulmane se faisaient de la ville. Il y a convergence dans le type de situation des quartiers d'infidèles (les conquérants se réservaient le noyau le mieux défendu de la ville, tandis que la population soumise était logée en un ou plusieurs quartiers situés à la périphérie de la ville fortifiée ou extra-muros), et dans certains aspects du phénomène d'expansion urbaine (la croissance de la ville se faisait souvent à partir de fondations religieuses initialement établies en banlieue et on remarque aussi que le noyau primitif des faubourgs plus tard incorporés dans la ville fut souvent une résidence seigneuriale). Quant aux caractéristiques originales de la cité musulmane par rapport à la ville chrétienne, elles ressortent de l'analyse de trois exemples: Mazagan, Rabat et Mogador. En dépit de ce qu'on prétend parfois, le tracé rectiligne n'est pas contraire à l'idéal urbain musulman. Sa véritable originalité résulte de la hiérarchie des voies de communication qui assurent un accès facile aux lieux de travail, du caractère retiré et tranquille des espaces résidentiels et de la différenciation de la ville en zones spécialisées selon leurs fonctions.